



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



70

Discurso na cerimônia de comemoração da marca de 50 milhões de brasileiros atendidos pelo "Programa de Saúde da Família"

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 11 DE JUNHO DE 2002

Senhor Presidente da Câmara, Deputado Aécio Neves; Senhor Ministro da Saúde, Barjas Negri; Senhores Ministros e Senhoras Ministras de Estado aqui presentes; Senhores Secretários de Estado; Senhores Parlamentares, tão numerosos; Senhores Prefeitos; Senhores Agentes Comunitários de Saúde; Senhoras Agentes; Senhoras e Senhores,

O Ministro Barjas Negri me poupou, e poupou a vocês também, de eu ter que ler um texto a respeito desse programa, porque nada mais objetivo, direto, claro do que, depois de termos visto a exibição de um vídeo, escutarmos as palavras do Ministro Barjas Negri, que dispensam repetição e adjetivação.

Esse programa, realmente, nos enche de satisfação, e até diria de orgulho. Acredito que muitos dos aqui presentes tenham o mesmo sentimento.

Para começar, cito o Doutor Adib Jatene, que, na verdade, foi quem mais me chamou a atenção para a importância desse programa, como também foi quem conseguiu que o nosso Congresso Nacional aprovasse

a CPMF – e vai aprovar de novo, agora, espero, amanhã –, que possibilitou boa parte dos êxitos que estão sendo comemorados hoje, aqui.

Esse programa vem do tempo do Doutor Alceni Guerra, que era, então, Ministro da Saúde, foi continuado pelo Doutor Jatene, que, quando Ministro, chamou a minha atenção, muito fortemente, quando ainda era Ministro do Presidente do Presidente Collor; e, depois, quando assumi o Ministério da Fazenda, continuou a me chamar muito a atenção para isso. Depois, quando o convidei para ser Ministro da Saúde, uma vez mais ele foi um grande incentivador desse programa. Devo dizer, também, que o Ministro César Albuquerque tem participação nisso. Foi ele quem ajudou a implementação do PAB, do Programa de Assistência Básica dos Municípios. E o Ministro José Serra, com esse dinamismo, essa eficiência, essa capacidade de levar até o fim as coisas nas quais ele acredita, aumentou, expandiu, utilizou os recursos e motivou o Ministério para que nós chegássemos a esse ponto.

Citei apenas os Ministros, mas, certamente, seria profundamente injusto se eu não dissesse que, pelo menos na fase em que o Ministro Serra foi para o Ministério, o Doutor Barjas Negri estava lá, articulando, pacientemente, pachorrentamente, as relações do Ministério com o Congresso e permitindo que houvesse maior eficiência no funcionamento da máquina.

Não se faria nada disso, se não fosse um corpo de funcionários, de médicos, de profissionais da saúde, aqueles que estão em Brasília, os que estão nos estados; e, sobretudo, se não houvesse a motivação para os médicos e para os agentes de saúde, e para os enfermeiros, os auxiliares que estão em campo trabalhando.

Eu assisti, diretamente, ao funcionamento desse programa. O Doutor Jatene há de se lembrar de que nós estivemos em Natal, estivemos em Touros, lá no Rio Grande do Norte. Estive em Iracema, no Ceará, entrei em mais de uma casa, gente muito humilde que era atendida por agentes de saúde. Estive em Monteiro.

Enfim, procurei acompanhar – o quanto o Presidente da República pode sair de Brasília e se movimentar com essa enorme quantidade de pessoas que vão junto – o quanto pude, para ver de perto e para mos-

trar o entusiasmo que esse programa desperta em todos nós. Ainda recentemente, estivemos numa grande reunião em Pernambuco, onde se estava comemorando um passo importante nesse programa.

Os resultados estão aí: 50 milhões de pessoas atendidas, uma grande mobilização da sociedade, uma grande mobilização daqueles que trabalham diretamente. A sensibilidade que foi expressa, aqui, tão brilhantemente, pela “Dona”, como disse o paciente, que disse uma coisa muito importante a ela: “É preciso aprender a ser paciente o médico.” A ser paciente no duplo sentido: a ter paciência e, também, saber o que é ser paciente, esperar tanto tempo, mas conseguir.

Acho que essa movimentação toda, esse esforço todo tem não apenas origem, história, através da ação de pessoas, como as que aqui mencionei, mas tem também a ver com a evolução da sociedade brasileira.

Ainda me recordo de que aqui muitos de nós fomos constituintes, alguns que estão sentados nessa bancada, outros estão isolados, porque são muito importantes ... Outros também estão isolados aqui, mas nós todos vivemos sempre juntos e continuamos juntos. E, quando constituintes, nós discutimos extensamente a questão da saúde.

O SUS era o ideal. E havia o chamado “partido sanitário”, o “partido dos médicos”, aquela coisa toda; e, naturalmente, o partido dos que têm que olhar pelo dinheiro, que, normalmente, não têm tanta facilidade em aceitar as propostas. Esses partidos se debatiam na Constituinte. E fizemos o SUS. Só que ele não tinha sido implantado. O que estamos fazendo é implantar o Sistema Único de Saúde. Essa é a grande modificação.

Para que isso ocorresse, foi preciso que houvesse, primeiro, democratização. Se não houvesse a Constituinte, se não houvesse a capacidade de a sociedade conversar com os parlamentares e discutir, de haver briga na Previdência, na Saúde, com os fundamentos econômicos e tudo o mais, dificilmente teria sido possível mobilizar no grau em que mobilizamos no Brasil – mobilizando sem resquício de demagogia, sem que se utilizassem esses processos para beneficiar politicamente a quem quer que fosse, nem ao Presidente, nem a ninguém. Se não fosse essa democratização da sociedade, essa consciência que existe hoje da necessidade de estarmos juntos para resolver problemas fundamentais do

País, não teria havido, na saúde, esse êxito que nós, hoje, podemos comemorar como concretos.

Isso começou lá atrás, com a democratização, com a Constituinte, com aqueles debates que, muitas vezes, pareciam infundáveis e talvez até sem sentido, mas que foram de muito sentido. Foi possível transformar tudo isso, progressivamente, em ação coordenada, em ação organizada e foi possível, portanto, avançar de maneira consequente, não apenas fazendo discurso, mas transformando o cotidiano dos brasileiros e das brasileiras.

É isso que se está fazendo. É isso que se está fazendo com muito empenho. E, se a democracia foi fundamental para que isso acontecesse, foi fundamental também que nós tivéssemos a mínima capacidade de racionalizar os gastos e de descentralizar a administração – que vem junto com a democracia – e fazer com que, efetivamente, as prefeituras participassem ativamente do processo de transformação social, que os governadores participassem dele. Mas participar, assim como os Ministros, assim como o Presidente, não quer dizer nem impor nem cobrar vantagens políticas pelo que se está fazendo. Quer dizer uma coisa muito diferente. Quer dizer motivar, quer dizer prestar contas, quer dizer, efetivamente, ter transparência na gestão pública.

Isso tem a ver com a democracia, mas tem a ver também com a estabilidade econômica. Muitas vezes, as pessoas se esquecem de que, na luta tenaz que é preciso manter para o chamado equilíbrio fiscal, que, às vezes, frustra os desejos que todos temos de ir mais depressa no atendimento social, se não houver essa preocupação, não vai haver atendimento social.

Alguns de nós, aqui, fomos Ministros de outra época e nos recordamos do que eram as greves na saúde, Ministro Jatene. Fui Ministro da Fazenda no momento em que era difícil ter idéia do que iria acontecer no mês seguinte. Com uma inflação disparada, todo mundo quer mais, todo mundo pensa que recebe, ninguém ganha nada e a confusão se estabelece e, junto com ela, a corrupção, que passa a medrar em todos os setores da vida da sociedade. Se não houvesse o esforço, portanto, de coordenação do gasto e de combate ao déficit e de responsabi-

lidade fiscal não teríamos a possibilidade de ter estabilidade da moeda, que é necessária para que possamos ter cálculo, previsão, controle, efetivo controle democrático sobre o gasto público. Isso vem junto. E, quando vem junto, tem efeito sobre os vários setores da sociedade.

Nós, hoje, aqui, estamos felizes porque chegamos a 50 milhões. Preocupados, porque falta mais: 40% nas cidades, 60%. Estamos ainda longe de chegar aos 100% desejáveis, mas estamos sentindo que estamos avançando. Mas, ao mesmo tempo em que se pode dizer isso sobre a saúde, dir-se-á a mesma coisa sobre a educação, em que também foi feito um esforço semelhante. Doutor Barjas tem papel nisso também, porque lá foi um dos autores do planejamento constitucional que permitiu a formação de um fundo específico para dar um impulso grande à educação de base e fazer com que as prefeituras tivessem mais recursos e fosse possível também um atendimento mais direto às nossas crianças. Nesse campo, aí, sim, já estamos nos aproximando da universalização do ensino fundamental.

Eu digo sempre, repito e direi, de novo agora, porque isso tem muito a ver com a minha geração, com a nossa geração, Doutor Jatene, com o nosso compromisso como professores – e, aí, incluo todos os demais presentes que o são. Nasci num Brasil, como o Doutor Jatene, em que o analfabetismo era como a saúva, e se dizia sempre: “Ou o Brasil acaba com a saúva ou a saúva acaba com o Brasil.” Não sei se acabamos com a saúva, mas a saúva não acabou com o Brasil. E sei, com certeza, que estamos acabando com o analfabetismo. Podemos dizer que estamos nos aproximando da universalização do ensino fundamental e que, portanto, o que vai sobrar é resíduo daqueles que não tiveram oportunidade, no seu momento, de aprender a ler e escrever, porque as crianças, quase todas – e espero que, em breve, todas –, estão aprendendo a ler e escrever. É uma questão de pouco tempo.

Essa nódoa do analfabetismo, que é tão pesada quanto foi, no passado, a nódoa da escravidão, está sendo abolida pelo esforço concentrado de toda a sociedade, através desse grande mutirão social que estamos introduzindo no Brasil.

Eu disse, no Rio de Janeiro, recentemente – quando lá fui para lançar o “Cartão da Cidadania”, o cartão que junta todos esses programas no que chamamos de Rede de Proteção Social –, que, com freqüência, agora que se aproxima o fim do meu segundo mandato, vejo referência ao fato de que conseguimos, nesses anos, a estabilização da economia. Tudo bem. É verdade. Espero que continuemos, que se continue com essa estabilização pelos anos afora. Mas o que me deixa feliz não é isso só. Ou melhor, isso é precondição, mas não é o que mais me deixa feliz. É que, pela primeira vez na história do Brasil, nós, efetivamente, temos programas que tocam nos mais pobres, nos mais humildes, naqueles que nunca foram olhados e cuja voz não ecoa. E, porque não ecoa, nem se sabe que eles estão tendo atendimento.

Mas, mesmo que não se saiba, ou que os sabidos não saibam, nós, aqui, que sabemos o que está acontecendo, sabemos também o significado disso. O Brasil começou, efetivamente, de maneira coordenada e persistente, a olhar pelos que estavam excluídos.

Quando se dá saúde nessa proporção, ou quando se dá ensino na proporção em que se está dando, ou quando se oferece terra como nós estamos oferecendo – mais de 20 milhões de hectares de terra – aos que não têm terra, nós estamos, efetivamente, fazendo o maior programa de inclusão social que já houve na história do Brasil.

Aí, estou me referindo a fatos, não estou me referindo a discursos. Ouvi calado, durante 7 anos e meio, que o Governo se interessava pelo mercado, e não pelos seres humanos. Terminei meu mandato com a convicção de que, se o mercado não atrapalhou tanto, foi porque nós o seguramos com medidas enérgicas e conseguimos manter a estabilidade. E terminei consciente, também, de que tudo isso foi feito porque nós queríamos olhar para os seres humanos.

Hoje, são milhões de seres humanos atendidos por esses programas que foram sendo gerados e gestados nos gabinetes, no Parlamento, mas que, hoje, são vida, são modos de relacionamento entre os governos e o povo brasileiro.

E digo “os governos” sem restrição. Nunca olhamos para o partido do governante, sempre olhamos para o desempenho do governante. E,

se o governante desempenha a favor do povo, não faltou, nunca, a tentativa, pelo menos, de recurso e, certamente, o apoio do Governo Federal. Porque não se trata de uma tarefa à qual possamos nos dedicar com um pensamento menor, com um objetivo menor: trata-se de uma tarefa à qual nós temos que nos dedicar como um compromisso biográfico, de cada um de nós, de vida, porque nós acreditamos que, efetivamente, chegou a hora de o Brasil ter mais justiça social.

Em algum momento, eu disse que o Brasil não era um país pobre, era um país injusto. Pois bem, eu mantendo o que disse. O Brasil já não é um país tão pobre, quando se compara com os outros países, quando se vêem os IDHs e vão ver que está melhorando o nosso IDH. Quando se for fazer a comparação, ver-se-á que o Brasil está na posição de mediano para cima. Mas a injustiça da exclusão, da falta de atendimento foi muito grande, e ainda é grande. Porém, hoje tenho certeza de que ela começa a ser menor. E começa a ser menor não por acaso. Começa a ser menor porque o Governo se dedicou, esses anos todos, a direcionar os seus gastos de tal maneira que atendesse àqueles que realmente necessitam.

Leva tempo. Não se muda uma sociedade num período breve, em um mandato, dois mandatos, três, quatro ou cinco. Não. São gerações. Mas estamos recuperando o tempo perdido. E, se houve gerações que dormiram, a nossa está acordada. E, se os mandatos se esgotam, não tem importância, porque a sociedade, hoje, tem um grau de consciência tal que ela exigirá de todos os governantes uma atitude de respeito aos direitos de cidadania.

É por isso, porque há respeito aos direitos de cidadania e porque há capacidade de reivindicação da cidadania que não tenho dúvida de que é uma questão de algum tempo, mas não de muito tempo, para que possamos, outra vez, ao olhar o nosso país, em vez de termos que fazer a constatação triste que fiz, e todos nós fazemos, de que o País não é tão pobre assim, mas é injusto, nós possamos talvez dizer: “É, ainda não somos um país afluente, mas já somos uma sociedade mais justa, uma sociedade que atende às necessidades fundamentais de saúde, de alimentação, de direito de escola, de terra, da imensa maioria dos brasileiros.”

Isso está ao alcance das nossas mãos. E tenho a satisfação de dizer, hoje, que quando nasci não era assim; e que há muito pouco tempo também não era assim, porque havia, ainda, perplexidade, uma incapacidade de ver mais claro, no horizonte, que mesmo as pessoas bem intencionadas se perdiam no caminho.

Hoje, o caminho já está sendo visualizado por muita gente, e só vai se perder aquele que quiser. E quem se perder ficará para trás. Mas o Brasil, não. O Brasil vai avançar. E esse povo vai ser cada vez melhor atendido e vai ser mais capaz de exigir o seu direito.

Muito obrigado.